

Orçamento 2026: Plenário aprova R\$ 137,4 bi para o ano que vem

Câmara também aprovou o Plano Plurianual 2026-2029, num total de R\$ 588,4 bi

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou o Orçamento da capital paulista para 2026, estimado em R\$ 137,4 bilhões. A proposta foi votada em segundo e definitivo turno durante a última Sessão Plenária do ano legislativo e encerra oficialmente os trabalhos do Legislativo municipal em 2025. O texto segue agora para sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Projeto aprovado

O projeto aprovado é o substitutivo ao PL 1169/2025, que trata da Lei Orçamentária Anual (LOA). A votação ocorreu de forma simbólica e contou com votos contrários das bancadas do PT, PSOL e Rede Sustentabilidade. O orçamento é elaborado com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), discutida e aprovada no primeiro semestre.

Proposta inicial

Inicialmente, a Prefeitura havia encaminhado uma previsão de R\$ 135,4 bilhões para 2026. O valor foi reajustado para R\$ 136,6 bilhões na primeira votação e, no segundo turno, elevado para R\$ 137,4 bilhões. Segundo o relator da proposta, vereador Marcelo Messias (MDB), o acréscimo permitiu reforçar áreas consideradas prioritárias. Entre elas estão habitação, cultura, saúde,



Votação foi de forma simbólica e teve votos contrários das bancadas do PT, PSOL e Rede

zeladoria urbana, especialmente nas periferias da cidade, além da segurança pública, que se aproxima de um total de R\$ 2 bilhões em investimentos.

Melhorias

De acordo com Messias, o orçamento reserva cerca de R\$ 17 bilhões para investimentos em obras e melhorias na cidade. A área da educação deve receber aproximadamente R\$ 30 bilhões, enquanto a saúde contará com R\$ 25 bilhões. Já a assistência social terá perto de R\$ 3

bilhões. “Buscamos contemplar diferentes setores e atender às demandas da população e dos vereadores”, afirmou o relator.

Recursos destinados

O líder do governo na Câmara, vereador Fabio Riva (MDB), destacou os recursos destinados à política habitacional. Somando os orçamentos da Secretaria Municipal de Habitação e da Cohab, os investimentos chegam a R\$ 6 bilhões. Os valores serão aplicados na construção de novas unidades, aquisição

de imóveis pelo programa Pode Entrar e ações de regularização fundiária, com entrega de matrículas e escrituras.

Oposição

Parlamentares da oposição reconheceram o diálogo durante a tramitação, mas fizeram críticas ao texto. O vereador Celso Giannazi (PSOL) alertou para a margem de remanejamento do orçamento pelo Executivo, apontada pelo Tribunal de Contas do Município, que pode chegar a quase 30%. Já o

vereador Jair Tatto (PT), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, afirmou que há excesso de exceções que permitem alterações em áreas como transporte, assistência social e a pasta de subprefeituras.

Plano Plurianual

Além da LOA, os vereadores também aprovaram o Plano Plurianual (PPA) 2026-2029, que define metas e prioridades da administração municipal para os próximos quatro anos. O PPA prevê R\$ 588,4 bilhões em investimentos no período, valor superior ao inicialmente estimado. A proposta foi aprovada com votos contrários do PT e do PSOL e também segue para sanção do prefeito.

Estrutura

O PPA é estruturado em 31 programas distribuídos em três eixos: Desenvolvimento e Inclusão Social, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico, e Sustentabilidade e Meio Ambiente. Entre as mudanças, estão recursos anuais para políticas voltadas à população idosa e o fortalecimento de mecanismos de participação social nas decisões públicas da cidade.

Pausa

A próxima Sessão Plenária da Câmara SP está marcada para 3 de fevereiro, às 15h.

Aneel amplia fiscalização da Enel e cria comitê em SP

Edi Sousa/Ato Press/Folhapress

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu reforçar a fiscalização sobre a Enel em São Paulo após novos apagões registrados na área de concessão da distribuidora. A medida prevê o aumento do número de servidores dedicados ao acompanhamento das operações da empresa e será oficializada por meio de portaria a ser publicada ainda hoje. Além disso, a agência reguladora anunciou a criação de um comitê interno de crise para coordenar e integrar as ações em andamento contra a concessionária. A Enel é alvo de um processo que pode resultar na cassação do contrato de concessão, mas o julgamento está suspenso devido a um pedido de vista válido até fevereiro. Com os recentes problemas no fornecimento de energia, cresceu a pressão para que a Aneel antecipe a retomada da análise, o que



Ações da Agência prevê aumento no número de servidores

pode levar à abertura de um processo de caducidade do contrato. As declarações ocorrem em meio a críticas à Enel e à própria Aneel pela demora na adoção de medidas mais severas. As declarações ocorrem em meio a críticas à Enel e à própria Aneel pela demora na

adoção de medidas mais severas. O Ministério de Minas e Energia voltou a solicitar que a agência avance com o processo de cassação da concessão. Feitosa afirmou que a Aneel atua dentro de suas competências e ressaltou a necessidade de coordenação entre empresas.

Zonas Leste e Oeste devem ter centros TEA

A Prefeitura de São Paulo assinou nesta semana a contratação da SPObras, empresa pública vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras (SIURB), para a implantação dos Centros Municipais para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) nas zonas Leste e Oeste da capital. Com investimento de R\$ 119,3 milhões, os novos equipamentos têm previsão de entrega à população em até 24 meses, contados a partir da emissão da ordem de início dos serviços. O contrato prevê a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura, incluindo a realização de topografia, sondagem, estudos preliminares e análise de solo, além da elaboração do material preparatório, abertura e condução do processo licitatório, contratação e gerencia-

mento das obras e dos projetos executivos necessários para viabilizar a implantação dos dois novos centros TEA.

O Centro TEA da Zona Leste será implantado em terreno localizado na Avenida Itaquera, s/nº, com área total de 7.500,00 m², do lado oposto à Escola Estadual Professor Amador Arruda Mendes. Já o equipamento da Zona Oeste será construído na Avenida Eliseu de Almeida, s/nº, em um terreno com 8.736,00 m², ao lado do Parque Luís Carlos Prestes.

O Programa de Metas da Prefeitura 2025–2028 prevê, ainda, a construção de um Centro TEA na zona Sul.

Em abril de deste ano, a Prefeitura de São Paulo inaugurou na Zona Norte o primeiro Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista da América Latina.